



IBAITI

Sessão Ordinária desta segunda feira 09.02.2026 da Câmara de Ibaiti destaca educação, saúde e projetos em votação

10 de fevereiro de 2026

Data	Fonte	Crédito da Imagem
10 de fevereiro de 2026		

A Câmara Municipal de Ibaiti realizou, nesta segunda-feira (09.02.2026), Sessão Ordinária com pautas voltadas à educação, saúde, fiscalização do Executivo e melhorias na infraestrutura do município.

Durante a sessão, a vereadora Tânia Pereira da Silva Constantino abordou as reformas e ampliações das escolas e CMEIs, ressaltando a crescente demanda por vagas na rede municipal. A parlamentar informou ainda que o município adota o piso nacional do magistério como base salarial e anunciou a contratação de uma empresa especializada para a revisão do Estatuto do Magistério, em vigor desde 1998. Também parabenizou o Presidente André que apresentou indicação solicitando a ampliação do Vale-Alimentação para todos os servidores municipais.

O vereador Cesar Augusto de Melo cobrou do Poder Executivo informações sobre o andamento e a execução de emendas parlamentares destinadas ao município por meio de seu deputado, que ainda não obtiveram retorno oficial. Em sua fala, parabenizou a secretária municipal de Educação, Denise, pelo trabalho desenvolvido na área. O vereador Carlos Eduardo Pereira destacou a assinatura do requerimento para abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Expolbaiti. O parlamentar também reconheceu e parabenizou a atuação da Secretaria Municipal de Educação.

A vereadora Márcia Pereira Lemes prestou esclarecimentos sobre a transferência de pacientes para hospitais de referência em Londrina e Jacarezinho, explicando que, em alguns casos, os pacientes aguardam vaga em corredores hospitalares, procedimento que, segundo ela, é comum em diversos hospitais do sistema de saúde.

Na Ordem do Dia, os vereadores realizaram a primeira votação do projeto de lei que dispõe sobre o Cão Comunitário no município de Ibaiti, além do anteprojeto de lei que trata das concessionárias prestadoras de serviços públicos, empresas privadas, concessionárias de água, telecomunicações ou outras entidades que utilizam a rede subterrânea da malha viária. O anteprojeto prevê que as empresas sejam responsáveis pela recomposição do pavimento (tapa-buracos) em casos de danos causados durante a execução de serviços.

Ao final da sessão, foram votadas diversas indicações, contemplando demandas e necessidades de diferentes setores do município.